

Plano e Orçamento para 2011

Declaração Final

António Marinho

25 de Novembro de 2010

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Membros do Governo

Tudo como dantes. O governo continua igual a si próprio. Repete-se e repete as suas opções.

Perde-se, assim, uma nova oportunidade de restituir a esperança aos Açorianos

Por mais um ano, passámos três dias a ouvir um governo de discursos repetidos, apoiados em muitos milhões de euros. Tantos, que as teclas de qualquer computador, de qualquer departamento do governo, são poucas para os conseguir inscrever nos documentos que estivemos a debater. Por mais um ano, ficou a incapacidade do governo em reconhecer que nem tudo é como tenta fazer parecer. Os números, por si só, não resolvem problemas.

Os milhões que os membros do governo repetiram até à exaustão, e que os bem-mandados deputados da maioria aqui enalteceram, inundaram o discurso socialista. Mas nem sequer se sabe se serão todos aplicados. Provavelmente, não. Como se conclui, aliás, de execuções anteriores conhecidas.

Para os Açorianos, é fundamental conhecer mais do que a mera dimensão dos números. A sua qualidade de vida depende é de resultados. E estes, como bem sentem as famílias e as empresas açorianas, não existem. Pelo contrário, a regressão tem sido norma, lançando dificuldades e restrições à sociedade açoriana.

Só uma boa aplicação de recursos, e não o seu montante, é a chave para o sucesso. Só uma boa aplicação permite ultrapassar a fase complexa que se está a viver, assegurando, em simultâneo, o desenvolvimento dos Açores.

Mas a gordura continua.

O funcionamento da máquina administrativa regional, como é hábito, volta a não ser afectado. Pelo contrário. O mesmo não se passa quanto ao investimento, justamente onde se inscrevem os milhões que podem reverter a favor da qualidade de vida dos Açorianos. Existe ainda a agravante de se passar o mesmo que em 2009, ou eventualmente em 2010, em que 100 dos milhões aprovados neste Parlamento ficaram por executar. São duvidosos os 506 milhões que o governo apresenta no Plano para 2011. Um número deliberadamente falacioso. Ficará, como os anteriores, apenas no papel.

O governo continuará a viver bem. As famílias e as empresas açorianas, pelo contrário, terão novamente de aguardar.

Deve dizer-se que existe uma diferença. Muito ténue, é certo. Com este orçamento, o governo viu-se obrigado a conceder uma ligeira atenção adicional aos gravíssimos problemas sociais sentidos na sociedade açoriana.

Não tinha outra alternativa. Era forçoso tentar compensar a ineficácia que revelou no combate à crise instalada nos Açores.

Com a excepção apontada, tímida por sinal, o governo não resolve o problema de fundo que criou nos seus catorze anos de vida. Um orçamento que é cópia dos anteriores, igual aos que este mesmo governo apresentou nesses mesmos catorze longos anos, só pode conduzir à mesma inexistência de resultados.

Segue o mesmo modelo. Adopta a mesma estratégia. Aquela que não permitiu que os Açores escapassem à estagnação.

Existe uma única virtude. O governo, finalmente, admite que falhou. Mesmo assim, reage mal. Reincide nas opções de sempre.

É verdade que considera necessário atacar a grave crise social existente, da qual é o único responsável. Mesmo assim, opta por um simples analgésico. Recusa-se à cura, não optando por um tratamento profundo.

É urgente acudir aos problemas imediatos que os Açorianos sentem na sua pele. Mas este orçamento deveria ir bastante mais além.

Os Açores estão a definhar e a passar ao lado dos grandes desafios do desenvolvimento económico e social. Começa a ser tarde para resolver os problemas estruturais existentes. O governo não sabe, ou não quer,

desempenhar essa tarefa. Recusa-se a assumir essa responsabilidade. E assim vai adiando o futuro.

Basta de marasmo. E basta de delapidação dos meios que pertencem a todos os Açorianos.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Membros do Governo

A crise chegou cá, como chegou a todo o mundo. Nem vale a pena falar da sua recusa inicial por parte do governo e dos socialistas, de tão ridícula que tal atitude se tornou aos olhos dos Açorianos. Estes, pelo seu lado, já sentiam fortemente as dificuldades a entrar dentro das suas casas.

A crise por cá continua. E em força.

Só está, teimosamente, arredada do discurso do governo, que vive encerrado no seu optimismo. Infelizmente, está entranhada na sociedade açoriana, que não consegue vislumbrar o optimismo ilusório do governo.

A situação económica e social dos Açores agravou-se substancialmente desde 2008. É verdade. Mas a situação já era grave anteriormente.

O governo não gosta que se divulgue. Brinca com os números para esconder a triste realidade que criou. Mas não apaga o que as estatísticas oficiais revelam.

No mínimo, desde 2003 que os Açores pararam no tempo. Beneficiaram, no entanto, de avultados montantes da União Europeia.

Podem até ter sido aplicados em quantidade. Mas existem situações vergonhosas e desperdícios inconcebíveis, como o dos célebres 23 milhões de euros de que os agricultores açorianos se viram despojados no POSEI.

Os resultados mostram que não foram bem aplicados. Se o tivessem sido, os Açores não estariam na mesma situação de 2003. Nesse ano, o seu PIB *per capita* colocava-se em 67% (ou 72%, de acordo com a nova base de referência) da média europeia. Justamente o mesmo nível atingido em 2008, primeiro ano de crise.

Se o governo quisesse a cura em vez da ostentação, a produtividade não estaria a um nível menor do que aquele em que se encontrava quando os socialistas assumiram funções de governo. Regrediu face a 1996, ano referencial a que, a par e passo, os socialistas se referem. Um facto que evidencia a falência da sua estratégia.

Os Açores estagnaram. Deploravelmente, não aproveitaram os mais de 500 mil euros que a Europa fez entrar diariamente nestas nove ilhas.

É a cultura do desperdício, levada às últimas consequências.

A estratégia seguida por este governo tem sido fatal para o emprego dos Açorianos. Consequentemente, os seus rendimentos têm sido fortemente afectados, originando dificuldades acrescidas para as famílias. As situações

de pobreza alastram-se e colocam os Açores em patamares inferiores aos anteriormente alcançados.

O problema não é novo. Também neste domínio não foi a situação de crise que o criou.

Em 2003, a taxa oficial de desemprego chegou a baixar a 2%. Neste momento já foi mais do que triplicada. Já este ano, chegou a atingir 7.7%.

Foi atingido o valor mais elevado de desempregados na história da Autonomia. Mais de nove mil desempregados. O governo e a maioria socialista, de forma insultuosa, minimizam o problema.

Agarram-se a uma descida momentânea e exultam, esquecendo que o cenário actual é de destruição de emprego. Omitem a sazonalidade de uma redução e dizem que melhorou. Uns meses mais tarde, quando é retomado o agravamento, arranjam uma desculpa ou uma comparação com realidades distantes. Qualquer das reacções, de regozijo ou desculpa, não devolve o emprego que os Açorianos desejariam ter para sustentar as suas famílias.

O governo está limitado a realidades virtuais. As pessoas e as empresas precisam de soluções. O governo, cansado, não as consegue criar. E gasta o dinheiro sem critério e, por vezes, com moralidade duvidosa.

As oportunidades, as reservas de que agora fala o Presidente do Governo Regional, até existem. Mas não surgem com o estalar dos dedos. Nem num mero discurso. Têm de ser identificadas e exigem disponibilidade, imaginação e criatividade. Exigem, essencialmente, força de vontade. Não podem ficar apenas nas palavras. Não podem apenas ser a propaganda em que os socialistas se tornaram exímios.

Para que as oportunidades sejam sentidas, exigem trabalho e outras opções políticas. As que o Governo privilegiou, e que este orçamento prossegue, não resultaram.

As facilidades só existem no discurso socialista. E este está cada vez mais afastado do que sentem os Açorianos.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Membros do Governo

É público e notório que o governo não tem sabido gastar o dinheiro à sua disposição. Dinheiro que não é seu. É dos Açorianos.

Há episódios que não podem ser esquecidos. Ainda que o governo se recuse frequentemente a prestar contas. Ainda na semana passada isso aconteceu em relação a esclarecimentos que o Secretário Regional da Economia devia a este Parlamento. Em democracia, essa é uma obrigação. Não pode depender da disposição, nem de interesses.

Este governo é o mesmo que, nem há um ano, em plenas dificuldades dos Açorianos, não hesitou em gastar 260 euros com cada uma das 750 pessoas que estiveram numa discoteca em Lisboa, com bar aberto, numa festa que custou quase 200 mil euros. Um exemplo deplorável, entre outros que recentemente vieram a público.

O que se pode dizer dessa e de outras utilizações imorais do dinheiro retirado dos bolsos dos Açorianos? O que pensam mais de 10% das famílias açorianas que vêem os seus rendimentos afectados pelos gravíssimos efeitos da situação de desemprego que entrou nas suas casas? O que concluir da comparação com a actualização anunciada para algumas prestações sociais, das quais o governo pateticamente se orgulha, mas que não chegam a 2 euros mensais?

Só naquela festa, realizada no início de 2010, foi gasto um valor que, com a referida actualização, abrangeeria mensalmente bem mais do que 100 mil Açorianos.

É ultrajante. É vergonhoso.

Gastos escandalosos. Estranhas prioridades. Os impostos a suportar a ostentação e o luxo, quando deveriam contribuir para melhorar a vida das pessoas e das empresas.

É o desrespeito pelo dinheiro dos Açorianos. Muito especialmente, quando estes vivem momentos difíceis. Justamente quando as famílias açorianas tentam, apenas, sobreviver.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Membros do Governo

Este governo tem deixado os Açorianos abandonados à sua sorte. Mas tem feito mais... e pior. Tem empenhado os Açores.

As responsabilidades financeiras assumidas pelo governo em nome dos Açorianos, e que o PSD aqui denunciou, atingem uma dimensão preocupante. Representam mais de dois terços da riqueza produzida durante um ano. Como o PSD aqui provou, já ascendem a dois mil e quinhentos milhões euros. Repetimos. Dois mil e quinhentos milhões de euros, que os nossos filhos e netos vão ter que pagar, sem que daí resulte a melhoria da sua qualidade de vida.

A irresponsabilidade é total. Da mesma forma que o amigo José Sócrates a nível nacional, Carlos César é o último responsável pelo encargo arrepiante que os socialistas deixam para as gerações futuras.

Este é o maior governo de sempre nos Açores. A gastar mais, sempre mais. Com mais de sessenta empresas ao dispor para esconder do orçamento as verbas que lhe deveriam estar afectas. Com mais de sessenta empresas ao dispor para que se endividem em sua substituição.

Seria, pelo menos, confortante saber que se estavam a retirar frutos dessas responsabilidades. Seria eventualmente aceitável se a qualidade de vida das pessoas aumentasse, se as famílias não vivessem numa situação difícil e se as empresas vivessem em clima de confiança.

Acontece justamente o contrário.

Na educação continua-se a fingir: a errância das políticas prova a ausência de objectivos. A qualificação dos Açorianos está desajustada das necessidades. Inventam-se formas de iludir as estatísticas, para tentar, pela propaganda, justificar o insucesso. A formação quase só serve para ocupar

quem exerceria maior pressão sobre o mercado de trabalho, o que aumentaria, inexoravelmente, os números oficiais do desemprego.

A saúde está num perfeito caos. Endividada até aos limites do inimaginável, não dá resposta a necessidades mínimas. Com as unidades de saúde forçadas a viver na irrealidade financeira, beneficiam do sentido de responsabilidade dos profissionais do sector, que fazem o possível e o impossível pela melhoria da qualidade dos serviços prestados. Em resposta, encontram a intransigência, a arrogância e a incompetência dos agentes políticos do sector, que põem em causa o serviço e a segurança, fundamentais numa área tão fundamental para as vidas dos Açorianos.

A economia está parada.

A agricultura enfrenta uma permanente indefinição e uma sentida perda de rendimentos, associadas ao aumento brutal dos custos dos factores de produção, levando à permanente tendência para o abandono da actividade. Com isso, acentua-se o processo de desertificação de várias ilhas, com especial incidência nas de menor dimensão. É um sector em decadência, o que é altamente preocupante face à importância determinante que desde sempre lhe foi reconhecida.

Nos transportes, que deveriam ser objecto de tratamento preferencial, dada a dependência que têm numa região insular e afastada dos grandes centros de decisão e dos grandes mercados, sucedem-se as más decisões. Para além dos dinheiros desperdiçados, ou melhor, malbaratados, continua-se á espera de soluções. Os restantes sectores de actividade económica são lesados por essa via, ampliando os efeitos das tantas outras más opções em que o governo tem feito escola.

A economia açoriana está cada vez mais dependente.

As empresas, quanto muito, tentam passar a tempestade sem danos de maior. Muitas já se viram obrigadas a despedir colaboradores. Algumas já desapareceram.

Há muitas pessoas a viver mal. Há famílias em fortes dificuldades. Há mais pobres.

Os problemas subsistem. Muitos deles agravaram-se e uma larga maioria está na estaca zero da sua resolução.

Os recursos futuros, empenhados no pagamento das acrescidas responsabilidades financeiras que o governo tem assumido em excesso, criam um enorme factor de risco em relação à sustentabilidade da Região.

Remeter encargos para as gerações futuras só faz sentido se estas puderem receber benefícios dos mesmos. É justamente o que não acontece com o delírio de endividamento que este governo deixa aos Açorianos.

Não queremos ser cúmplices daqueles que entendem restritivamente Keynes quando disse que “no longo prazo estamos todos mortos”. Para nós, no longo prazo, estarão vivos os nossos filhos e os nossos netos.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Membros do Governo

É neste cenário que nos encontramos a finalizar o debate do Orçamento e do Plano para 2011.

Documentos que tornarão os Açores ainda menos sustentáveis.

O PSD não quer ser cúmplice da estratégia de falência dos Açores.

Embora saibamos da incompatibilidade entre a arrogância socialista e as nossas propostas, não prescindimos de as apresentar. Queremos minimizar as consequências de uma estratégia errada e, como sempre, trazemos propostas para beneficiar os Açorianos.

Este orçamento será sempre um instrumento penalizante para os Açores. As propostas de alteração do PSD reduzirão os danos para as famílias e para as empresas.

As fortes medidas restritivas do orçamento socialista da República serão factor de agravamento da situação económico-social da Região. Paradoxalmente, o governo fica numa situação mais confortável em termos financeiros. Vai ganhar, pelo menos, 30 milhões de euros.

O PSD entende que esse valor tem de ser devolvido aos Açorianos. No mínimo, as famílias e as empresas têm de ser compensadas pelos danos que o governo de José Sócrates lhes vai infligir, devido à conduta irresponsável na condução das finanças públicas do país. Lá, como cá, os socialistas excedem-se na gestão dos dinheiros públicos.

No apoio às famílias, o PSD apresenta propostas de alteração que criam acréscimos de dignidade mínima nos complementos de abono de família e de pensões. Apresentará também o alargamento da redução de 30% do IRS

até ao 4º escalão, ao abrigo da adaptação do sistema fiscal nacional à Região. Uma medida que visa desagravar a fustigada classe média, compensando a descida das remunerações dos funcionários públicos, sem criar as desigualdades que decorrem da proposta de compensação do governo.

Aliás, quanto a essa compensação, cabe perguntar: é para sempre? De acordo com Teixeira dos Santos, a descida é definitiva. Falará verdade? Ou será de confiar no que disse José Sócrates. Ou noutro ministro qualquer? Enfim, dúvidas que resultam de um governo que, como o de cá, inventa medidas desgarradas. Enfim, dúvidas que se criam aos cidadãos quando existem governos desorientados.

Ainda no domínio da atenção sobre as famílias, o PSD propõe o reforço do combate às listas de espera no Serviço Regional de Saúde, bem como da Rede de Cuidados Continuados, o apoio à aquisição de medicamentos por idosos e cidadãos portadores de deficiência, a criação de uma Base de Dados de Controlo da Prescrição Medicamentosa para Tratamento de Toxicodependentes e a justa devolução às famílias do pagamento extra efectuado em creches e jardins-de-infância a partir de 1 de Outubro passado.

No apoio às empresas, são propostas medidas que atenuam a conjuntura desfavorável que estão a viver. Para além de um reforço das verbas do SIDER, integra-se o alargamento de Benefícios Fiscais em sede de IRC, a redução da Taxa Social Única para empresas em dificuldade, bem como a Valorização de Produções Locais.

São medidas que visam, em simultâneo, atenuar o aumento do desemprego, defendendo, por essa via, o rendimento de muitos Açorianos. Para o grupo

mais afectado pelo flagelo do desemprego, é proposta uma medida de fomento do emprego jovem. Os jovens são ainda beneficiados pelo reforço do Programa OTLJ, que assim volta a números alcançados no passado, incompreensivelmente reduzidos no último Verão.

É ainda feita uma proposta para valorização profissional e remuneratória dos trabalhadores da IPSS, repondo a injustiça criada em relação aos técnicos superiores que prestam serviço naquelas instituições.

O governo ganha 30 milhões de euros pelo efeito do Orçamento do Estado. Deve devolver esse montante aos Açorianos, já que é dos seus bolsos que vai ser retirado. Só assim poderão ser minimizados os danos que os vão atingir.

Finalmente, relevamos a proposta do PSD que alarga a Cooperação Financeira com os Municípios, reforçando a sua capacidade de investimento, ao abrir horizontes no aproveitamento de fundos europeus. É oportuno recordar a gestão mais eficiente que o Poder Local sempre assegura aos dinheiros públicos, com forte impacto na qualidade de vida dos Açorianos.

São estas as propostas que o PSD apresenta aos Açorianos para reduzir o impacto negativo deste orçamento. Um orçamento que é resultado do estado deplorável em que os governos socialistas estão a deixar a República e a Região.

A maioria dirá se quer, ou não, atenuar as dificuldades que criou aos Açorianos.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Membros do Governo

Com este orçamento, a esperança dos Açorianos continuará adiada.

Será o penúltimo orçamento da era socialista. Os Açorianos ainda terão de suportar mais um. O último.

Durante dois anos, os Açorianos ainda terão que se subjugar aos interesses de um governo cansado, adormecido e que vive de costas voltadas para os Açores.

Só depois existirá uma atitude diferente na governação. Só depois haverá uma nova oportunidade para os Açores.

Só nessa altura os Açorianos vão poder usufruir de um orçamento que responda aos seus anseios, às suas necessidades, às suas preocupações.

A esperança vai voltar. Infelizmente, só daqui a dois anos.

Disse